A conjuntura segundo
João Pedro Stédile

A análise de conjuntura apresentada por João Pedro Stédile parte de uma definição clássica da tradição marxista segundo a qual a conjuntura política corresponde à correlação de forças entre as classes sociais em disputa pelo poder, possibilitando observar os acontecimentos imediatos não como fatos isolados ou resultados da ação de indivíduos e governos específicos, mas como expressões de movimentos mais amplos que regem a economia, a política e as relações internacionais, razão pela qual sua exposição se inicia pelo cenário mundial, buscando compreender de que maneira a crise contemporânea do capitalismo, as tensões geopolíticas, os conflitos militares e as disputas entre grandes potências condicionam as possibilidades de ação das classes sociais nos países dependentes, especialmente na América Latina, região historicamente submetida à influência econômica, política e militar dos Estados Unidos, de modo que o Brasil faz parte de uma totalidade contraditória em que os efeitos da crise global não se manifestam de forma homogênea, pois enquanto determinadas frações do capital seguem ampliando sua capacidade de acumulação através dos mecanismos financeiros, da especulação e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, amplos contingentes da população trabalhadora enfrentam a crescente precarização, insegurança econômica, endividamento e fragmentação social, constituindo um quadro histórico que requer compreender simultaneamente as transformações do capitalismo internacional e as particularidades da formação social brasileira para além das aparências imediatas oferecidas pelo debate político cotidiano.

Ao abordar a realidade brasileira, Stédile procura demonstrar que a crise internacional tem aqui uma manifestação própria, marcada por uma situação paradoxal na qual os setores dominantes da economia não parecem enfrentar maiores dificuldades para reproduzir seus mecanismos de acumulação, enquanto amplas parcelas da população são submetidas a condições cada vez mais precárias de existência. Segundo sua interpretação, a fração hegemônica da burguesia brasileira está fortemente associada ao capital financeiro e às grandes corporações transnacionais, obtendo seus ganhos principalmente através do rentismo, especulação e exploração de atividades voltadas à exportação de commodities, circunstância que reduz seu interesse em investimentos produtivos capazes de ampliar o emprego, fortalecer a indústria nacional ou elevar significativamente os salários. Em sentido oposto, a classe trabalhadora continua

submetida a um cenário marcado pela informalidade, baixos rendimentos e endividamento crescente das famílias, elementos que afetam diretamente sua capacidade de organização coletiva e intervenção política. Stédile atribui especial importância à expansão das plataformas de apostas esportivas, apresentadas como um dos fenômenos mais expressivos da conjuntura recente, uma vez que mobilizam mensalmente bilhões de reais provenientes sobretudo dos setores populares, transferindo parcela significativa dessa renda para grandes grupos econômicos ao mesmo tempo em que reforçam a ilusão de soluções individuais para problemas produzidos por determinações estruturais. Stédile ressalta que reivindicações como a redução da jornada de trabalho e a ampliação de experiências de transporte público gratuito são pautas capazes de produzir melhorias concretas nas condições de vida da população trabalhadora, não apenas por reduzirem gastos ou ampliarem o tempo livre, mas também por incidirem diretamente sobre como milhões de pessoas organizam sua existência cotidiana em meio às pressões impostas pela dinâmica contemporânea do capital.

A dimensão eleitoral é pensada apenas na parte final da exposição e é tratada por Stédile como um dos elementos da conjuntura, não como seu aspecto determinante, uma vez que a disputa institucional é compreendida como expressão parcial de movimentos mais profundos da luta de classes. Sua leitura identifica divisões tanto no interior da burguesia quanto no campo da direita, circunstância que abriria melhores condições para as forças vinculadas ao governo Lula e aos movimentos populares. Ele chama atenção para o desgaste de determinadas candidaturas associadas ao bolsonarismo, menciona os impactos políticos produzidos pelas recentes denúncias envolvendo o Banco Master e sustenta que tais acontecimentos ajudam a enfraquecer setores da extrema direita perante parcelas do eleitorado. Ainda assim, sua preocupação central não recai sobre pesquisas eleitorais ou articulações parlamentares, mas sobre a capacidade de organização social das forças populares. Ao afirmar que as redes digitais da direita ainda não entraram plenamente em operação, Stédile procura advertir seus militantes contra qualquer leitura excessivamente otimista da conjuntura e recoloca no centro da estratégia aquilo que considera ser o elemento fundamental de qualquer disputa política duradoura: o trabalho de base. A tarefa consiste em reconstruir vínculos permanentes com a população, ampliar os espaços de formação política e apresentar a eleição não como um acontecimento isolado, mas como um momento de uma disputa histórica mais ampla, cujos resultados poderiam influenciar o rumo das relações sociais e das correlações de força durante um

longo período. Sua conclusão retoma uma formulação tradicional dos movimentos populares brasileiros segundo a qual nenhuma vitória institucional se sustenta sem organização social, ao mesmo tempo em que nenhuma derrota eleitoral deve ser interpretada apenas como uma troca de governos, mas como parte de processos históricos capazes de alterar as condições de atuação das classes trabalhadoras.

A partir dessa parte da exposição, o eixo da análise vai para o campo brasileiro, espaço de atuação histórica do MST e terreno onde, segundo Stédile, as limitações da atual correlação de forças se manifestam de maneira evidente. Sua avaliação sustenta que a reforma agrária clássica, entendida como desapropriação em larga escala dos latifúndios e redistribuição da terra, deixou de ocupar uma posição central na agenda institucional do Estado brasileiro, encontrando forte resistência tanto no Congresso quanto em setores importantes do aparelho governamental. Nessa leitura, as possibilidades de avanço por meio das estruturas institucionais existentes são estreitas, impondo obstáculos significativos às reivindicações históricas dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, Stédile argumenta que políticas públicas potencialmente favoráveis à agricultura familiar, aos assentamentos e à habitação rural não alcançaram a escala necessária para alterar as condições de vida da população do campo, circunstância que produz efeitos políticos relevantes ao dificultar a consolidação de uma base social mais ampla em defesa dessas pautas. Questões como a ampliação da moradia popular, o fortalecimento das compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a expansão dos investimentos voltados aos assentamentos são reivindicações imediatas vinculadas à disputa pela correlação de forças nos territórios rurais.

Ao mesmo tempo, Stédile identifica uma presença crescente dos interesses do agronegócio nos espaços de decisão do Estado, tanto por meio da influência parlamentar quanto através de sua capacidade de incidir sobre políticas públicas relacionadas ao crédito, à regulação agrícola e liberação de insumos. Contudo, sua análise não apresenta esse setor como uma força invulnerável. Pelo contrário, argumenta que o modelo de desenvolvimento baseado na grande monocultura exportadora começa a expor contradições, expressas nas exigências ambientais e sanitárias impostas por mercados internacionais, no aumento dos custos de produção e no crescimento do endividamento de produtores fortemente dependentes de insumos industriais, fertilizantes e crédito bancário. Nessa interpretação, as dificuldades enfrentadas por parcelas do agronegócio não representam apenas problemas conjunturais, mas indícios de tensões que tendem a se

aprofundar nos próximos anos, abrindo um novo campo de disputa sobre os rumos da produção agrícola brasileira e sobre o papel que a agricultura familiar poderá desempenhar nesse cenário.

O encerramento da análise retoma o problema agrário sob uma perspectiva estratégica, procurando identificar não apenas os obstáculos colocados pela atual correlação de forças, mas também possíveis fissuras que possam ser exploradas pelos movimentos populares. Stédile argumenta que uma parcela expressiva do agronegócio passa por dificuldades econômicas decorrentes do aumento dos custos de produção, do endividamento crescente e dependência do crédito bancário, situação que se expressaria tanto no elevado volume de dívidas acumuladas quanto no número crescente de produtores em recuperação judicial. Segundo sua interpretação, setores vinculados à bancada ruralista buscam transferir parte desse ônus para o conjunto da sociedade por meio de mecanismos estatais de renegociação e financiamento, socializando prejuízos produzidos por um modelo que, durante décadas, foi apresentado como símbolo de eficiência econômica. Mais importante do que os números em si, contudo, é a conclusão política extraída por Stédile: o agronegócio não deveria ser visto como um bloco homogêneo, sólido e sem contradições, mas como um setor que começa a apresentar sinais de desgaste e esgotamento, circunstância que poderia abrir novas possibilidades para a retomada das lutas pela terra e para a reorganização das pautas históricas da reforma agrária.

A partir desse diagnóstico, a exposição ganha um caráter abertamente orientador para a militância do MST. As tarefas políticas indicadas por Stédile articulam a disputa institucional, organização popular e solidariedade internacional como dimensões complementares de uma mesma estratégia. No plano eleitoral, defende o engajamento na campanha de Lula e o apoio a candidaturas comprometidas com a reforma agrária popular. No plano social, recoloca o trabalho de base como atividade permanente e insubstituível, entendendo que a reconstrução da consciência política depende da presença cotidiana junto às classes trabalhadoras, da defesa dos direitos sociais e da elaboração de um projeto nacional capaz de enfrentar os problemas estruturais do país. Por fim, reafirma a importância da solidariedade aos processos políticos de Cuba e da Venezuela, compreendidos como experiências que, apesar de suas contradições e dificuldades, são referências de resistência à influência norte-americana na América Latina. Dessa forma, a análise conclui retomando uma concepção clássica da tradição dos

movimentos populares latino-americanos, segundo a qual a luta política não se limita às eleições, nem às reivindicações econômicas imediatas, mas envolve simultaneamente a disputa pelo Estado, a organização social das classes trabalhadoras e os conflitos geopolíticos do continente.

Arthur Moura